

AGOSTO: OS SIMULACROS PASSIONAIS

Elaine Cristina Stankevicius FERREIRA¹

- RESUMO: Este trabalho tem por objetivo discutir as relações entre o discurso ficcional e o histórico tomando por base o romance *Agosto*, de Rubem Fonseca. Uma vez que a obra utiliza um contexto de referência determinado e explícito, buscamos desvendar nessa relação dialética, como se processa o entrecruzamento entre os campos, como se enredam e se projetam na organização da narrativa e os efeitos de sentido que daí decorrem.
- PALAVRAS-CHAVE: Ficção; discurso histórico; simulacros; persuasão; sentido.

Considerações iniciais

Este trabalho é parte de um projeto maior, minha tese de mestrado, que busca estudar e compreender as relações entre a ficção e a história, tomando como objeto de análise a obra *Agosto*, de Rubem Fonseca. Ele foi realizado em 1998 como trabalho de conclusão da disciplina “Semiótica das Paixões”, na pós-graduação, curso este em que pela primeira vez pude ter o privilégio de conviver com o professor Ignácio de Assis Silva.

A figura do professor Ignácio não me era completamente desconhecida. Havíamos nos esbarrado em várias ocasiões, durante os anos em que frequentei o curso de graduação em Letras no campus da UNESP de Araraquara, porém, naquela época, a minha imaturidade nunca permitiu que eu o compreendesse realmente, suas palavras me eram distantes, freqüentemente desprovidas de sentido. Acho que esse é o preço que algumas pessoas pagam por saberem demais: o que para elas é absolutamente óbvio, para outras é completamente desconhecido.

Talvez seja esse o motivo que, anos mais tarde, levou-me a ficar deslumbrada diante de suas palavras. De repente, tudo começou a fazer sentido e suas aulas passaram a ser uma referência para mim. Mais do que a Semiótica, suas lições me ensinavam a difícil arte de conviver com as paixões, me fascinavam pela possibilidade de desvendarem “o outro”, justamente aquele que era meu “inferno”, conforme Sartre já havia me alertado.

¹ Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – CEP 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil

Até hoje guardo com carinho as anotações daquelas aulas e posso afirmar, sem hipocrisia, que cada vez que as leio, descubro algo novo, como um feliz amadurecimento do meu “percurso passional”, uma amostra de como deve ser um professor de verdade: aquele que ensina para a vida.

Até hoje guardo com orgulho as anotações do professor Ignácio no meu trabalho, seus elogios me fizeram acreditar em mim mesma, me fizeram aceitar essa minha “estabilidade inquieta”, como ele mesmo definia certos estados passionais. Paro por aqui, pois o que quer que eu venha a dizer seria reafirmar a gratidão ao meu mestre, seria contrariar suas lições. Como ele me ensinou, *a redundância é a morte da significação*.

A existência modal do sujeito de estado

Em *Agosto* há dois percursos narrativos aparentemente distintos, mas que acabam se cruzando no decorrer da trama. De um lado, vemos retratadas personagens e acontecimentos que marcaram historicamente a política no Brasil na década de 50: Getúlio Vargas, Tancredo Neves, Carlos Lacerda, Café Filho, entre outros. De outro lado, narrativizam-se acontecimentos mais circunstanciais: o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, do ponto de vista policial – assassinatos, contravenções, descasos em relação às condições precárias de funcionamento do corpo policial, das delegacias e dos presídios, etc.

A personagem que aciona a intersecção entre os planos narrativos distintos é o comissário de polícia Alberto Mattos, cuja existência “ético-cognitiva” contrapõe-se à ética individualista ditada pela sociedade de uma forma geral, com a qual se relaciona. Fruto da imaginação criadora, a personagem, no entanto, parece ter um papel primordial não apenas como um elemento tipificado dos romances policiais, estereótipo de um detetive/investigador, ou um simples pretexto para o entrecruzamento ficção/história. Sua postura revela-se de suma importância para a compreensão dos valores ideologicamente trabalhados que, fatalmente, convergem para uma identificação com a figura mítica de Vargas.

O próprio título da obra a remete para um tempo determinado – agosto – tempo, aliás amplamente demarcado no decorrer da narrativa, que tem início “Ao amanhecer daquele dia 1º de agosto de 1954” (FONSECA, 1990, p.10) e encerra-se vinte e seis dias depois, com a morte de Vargas e do herói, Mattos. Essa indicação temporal já sobredetermina a importância do elemento referencial, ainda que ele não se coloque num primeiro plano, uma vez que o adensamento do conteúdo político ocorre paulatinamente, e somente será desnudado quando a atenção do leitor tiver sido capturada pelo clima de mistério, desencadeado pelo elemento ficcional.

Na busca de sentidos e principalmente na investigação do que se encontra sob esses efeitos de sentido – produzidos por arranjos modais – recorreremos à semiótica. Essa ferramenta teórica têm demonstrado sua eficácia na compreensão dos procedimentos da organização textual. O texto, concebido como um todo estruturado, pode ser melhor analisado em cada um dos seus níveis de abstração, o que garante uma explicação coerente das transformações e a apreensão dos valores que estão em jogo.

Para a compreensão da organização semântica da narrativa, focaremos os simulacros presumidos e que determinam o comportamento da personagem central, Alberto Mattos, figura nuclear e ao redor da qual, direta ou indiretamente, giram as ações e relações estabelecidas na narrativa.

Justifica-se, dessa forma, nosso interesse pelas configurações passionais desse sujeito, cujos efeitos de sentido de qualificações modais, produzidos por um percurso de significação, modificam-lhe o *ser* e conseqüentemente contribuem para a compreensão da obra como um todo.

O comissário de polícia Alberto Mattos pertence ao campo “ficcional” da narrativa, e no exercício cotidiano de sua profissão depara-se com várias situações em que tenta fazer prevalecer a justiça, cumprindo o que determina a lei. Em uma de suas investigações, a do assassinato do rico empresário Paulo Aguiar, esbarra com personagens historicamente conhecidas, pois suspeita do envolvimento do chefe da guarda pessoal de Vargas nesse crime. Sua maneira de ser e de pensar, suas atitudes frente a sua profissão e ao mundo de forma geral destoam das demais personagens.

A unicidade de Mattos está calcada nos valores do *ser* que a personagem assume e que determinam suas ações: ele é honesto, desprendido, coloca o bem estar alheio acima dos próprios interesses. O objeto-valor com o qual a personagem busca conjugar-se relaciona-se com sua conduta humanitária. No exercício de sua profissão, tenta obter a satisfação de poder realizar a justiça, independentemente do simples cumprimento da lei, pois é consciente de que faz parte de um sistema falho, ineficiente e muitas vezes desonesto. Sua conduta ética difere da conduta ética dominante, acarretando uma tensão, um desequilíbrio entre a instância individual e a coletiva.

Os antigos sempre subordinaram a ética às idéias de felicidade da vida presente e do soberano bem. Para a filosofia estoica, o grande princípio era a autarquia do sábio, condição para ser “virtuoso” e daí “feliz”. O homem, para conseguir a virtude, devia ser autárquico, isto é, autônomo e auto-suficiente, dependendo o menos possível das coisas exteriores. Disso resulta o conceito estoico de “liberdade”: a liberdade verdadeira é a espiritual e reside na sublimação dos instintos e na ausência

de paixões. O caminho estaria no meio-termo, na equidistância de qualquer excesso, no equilíbrio².

Esse modelo cultural dos clássicos parece num primeiro momento modalizar no nível do *ser*, o Sujeito Virtual (Mattos), determinando um *querer-ser* (honesto, desinteressado, justo, altruísta) e um *fazer-ser* (buscar a felicidade pela excelência e justiça no exercício de sua profissão, procurando realizar uma justiça indiscriminada), e, ainda que Mattos permaneça isolado nessa empreitada, sua autonomia garante-lhe uma certa estabilidade pessoal por meio de uma auto-suficiência calcada na indiferença às sanções externas.

Mattos adota uma postura humilde sem ceder aos apelos do consumismo, chegando mesmo a ser desprezado. Prefere empregar suas economias comprando discos de ópera e enciclopédias e negligencia sua aparência pessoal, o que causa estranheza às pessoas com quem convive, para as quais os valores mais apreciados são os da aparência e não da cultura.

[...] Num espelho da parede, o **comissário viu seu rosto com a barba de um dia inteiro por fazer, a camisa amassada, a gravata torta, o terno ordinário que usava.**[...] Galvão e o outro se dirigiram para Rosalvo, que estava mais bem vestido do que o comissário.

‘Sou o investigador Rosalvo’ disse o investigador ao perceber o equívoco. ‘Este é o comissário, o doutor Alberto Mattos’. (FONSECA, 1990, p.15 – grifo nosso)

Sua exterioridade desleixada, destoante de certo modo dos valores intrínsecos, reflete de imediato uma inadequação aos padrões sociais vigentes. Seu modo de se vestir é freqüentemente tomado, numa primeira impressão pessoal, como sinônimo de falta de importância, de desprestígio e até ineficiência em relação ao cargo que ocupa. Mesmo ciente de sua condição, Mattos não se preocupa em alterar essa conduta.

[...]Que história é essa do tal comissário?

Ele apareceu no Senado querendo falar com você. Não disse o que queria.

Você devia ter me falado.

Esqueci. **O cara é um merdinha, basta olhar a roupa dele.** (FONSECA, 1990, p.98 – grifo nosso)

No exercício de sua profissão, contudo, é extremamente cauteloso e consciente dos problemas sociais que estão na base da marginalidade, por isso tem como uma de

² A personagem Alberto Mattos apresenta muitas similaridades com um outro detetive, Vilela, que aparece num dos contos de Rubem Fonseca, “A coleira do cão”. Esse fato nos motivou a procurar também nesta obra qualquer indício que pudesse nos orientar. No conto, aparece a referência à filosofia estoíca, por meio de uma epígrafe: “Já quebrei meus grilhões, dirás talvez. Também o cão, com grande esforço, arranca-se da cadeia e foge. Mas, preso à coleira, vai arrastando um bom pedaço da corrente”. (PÉRSIO, Sat. V.158, apud FONSECA, 1990)

suas principais preocupações conceder um tratamento digno e humano a todos, principalmente aos desprestigiados socialmente. Esse sujeito, que assume um sistema de valores é virtualizado por um */dever-ser/* e um */querer-fazer/*.

Sabe que somente o cumprimento da lei muitas vezes não é suficiente para que se faça justiça, portanto, além das atribuições que lhe são inerentes, enquanto comissário de polícia, adota uma postura ativa, desdobrando-se em atenção e presteza para com aqueles que julga injustiçados e infelizes. Sua noção de bem e mal não se calca apenas em estereótipos ou considerações legais. Esse *saber* moral guia suas ações sem visar retribuições.

Por saber das carências humanas e sociais, pauta seu *fazer* na busca da verdade e da justiça, não apenas fazendo cumprir as leis constituídas, das quais é representante, mas também praticando algumas ações no plano individual, que se prestam a realizar um bem altruísta. Não se guia por nenhuma conduta ético-religiosa, contudo seu “amor” pelo próximo muitas vezes faz lembrar a personagem cristã redentora da humanidade, tal qual figura no Evangelho, para quem a figura do “outro-para-mim” é mais importante do que o “eu-para-mim”.

Nota-se que as modalidades */dever/* e */querer/*, que virtualizam o sujeito Mattos não lhe são determinadas apenas por um destinador externo, ou seja, não vêm de uma simples execução de um papel social – comissário de polícia - ou mesmo por acreditar num plano espiritual divino que retribui com a felicidade eterna àqueles que são justos. Ao contrário, são impostas pelo próprio sujeito, pela sua consciência de estar buscando um bem social.

[...]Aqui dentro está muito abafado[...] - disse o preso Odorico.

Está mesmo insuportável, disse Mattos, **você não devia estar aqui, nenhum de vocês devia estar aqui.** Mas não há nada que eu possa fazer. O mundo não queria saber daqueles bandidos, eles que se fodessem uns em cima dos outros como vermes imundos. A polícia existia para esconder aquela podridão dos olhares e narizes delicados das pessoas de bem. (FONSECA, 1990, p.30-1 – grifo nosso).

No xadrez, em duas celas com capacidade prevista para oito presos, havia trinta homens. As celas de todas as delegacias da cidade estavam com excesso de presos aguardando vagas nos presídios, uns à disposição da Justiça esperando julgamento, outros já condenados.

Mattos considerava aquela situação ilegal e imoral e tentara fazer um movimento grevista no Departamento Federal de Segurança Pública: os policiais parariam de trabalhar até que todos esses presos fossem transferidos para penitenciárias. O comissário não conseguira apoio dos colegas. As penitenciárias também estavam lotadas [...] (1990, p.10-1).

No xadrez, o comissário Mattos viu os presos tomarem café e ouviu suas queixas.(p.14)

O comissário Maia, que conforme a escala do plantão substituía Mattos, não se incomodava que este fosse ao xadrez nos dias em que estava de serviço. Maia detestava ir às celas. *Não gosto do cheiro*, ele dizia. (p.29)

[...]Porra, Pádua, **o xadrez já está cheio de pobres diabos** e você ainda quer botar mais infelizes lá dentro? (disse Mattos)

Infelizes! Puta merda, você é um cabeça-dura. (p.58 - grifo nosso)

Podemos perceber que Mattos não se limita a cumprir seus deveres, enquanto comissário de polícia, como muitos o fazem, mas é detentor de um humanitarismo que o impulsiona a procurar socorrer os renegados. Ouve as queixas dos presos, preocupa-se com o bem estar de cada um, é solidário com a situação desumana em que são abandonados nas celas das delegacias à espera de vagas nos presídios. Arrisca a própria carreira profissional no intuito de “chamar a atenção da opinião pública e obrigar as autoridades a procurar uma solução para o problema”. Preocupa-se com o abuso do poder policial, que acaba lesando os mais ignorantes e necessitados.

O que impulsiona seu *fazer* é um *querer* realizar o bem aos que dele dependem, indiscriminadamente, isento de preconceitos prévios, de julgamentos sumários. Considera os marginais “pobres infelizes”, vítimas de um sistema injusto, seres humanos que merecem um tratamento digno.

Paralelamente, considera o outro lado, “as pessoas de bem” egoístas por não partilharem o sofrimento alheio. Apesar de todas as suas ações no sentido de prestar ajuda aos injustiçados, ele também se sente um comodista, pois é limitado por um sistema legal falho e impessoal.

As ações da personagem acabam chocando-se com as ações que dele são esperadas por seus companheiros e/ou superiores, os quais podem ser considerados anti-sujeitos. Estes constituem um grupo cujas atitudes, de forma relativamente homogênea, espelham um modo de pensar individualista. O *fazer* que rege suas ações é delimitado por uma visão simplista de acomodação ao sistema legal quando se refere ao *outro* (e não deixa de ser permeado por juízos preconceituosos em relação à pobreza e à cor da pele), mas adquire um contorno egocêntrico quanto à própria conduta pessoal. “O *outro* deve cumprir o que determina a lei; *eu*, porém, julgando-me superior, posso seguir minhas próprias leis” – o “eu-para-mim” prioriza a esfera de atuação.

Por esse motivo, muitas ações de Mattos são sancionadas negativamente por seus companheiros, que não conseguem entender sua conduta altruísta. Podemos considerar que o sujeito Mattos não se deixa manipular, resistindo às pressões que sofre para se enquadrar ao “sistema”.

Segundo Barros (1988), “o ser que modaliza o ser é chamado modalidade veridictória e articula-se, como categoria modal, em /ser/ vs. /parecer/”. A verdade ou falsidade das relações juntivas que ligam o sujeito ao objeto que este busca é determinada por um outro enunciado de estado. Um estado é considerado verdadeiro quando um outro sujeito, que não o modalizado, o diz verdadeiro, ou seja, é uma questão de veridicção, realizada por um fazer interpretativo. Para que isso ocorra parte-se da manifestação (*parecer* ou *não-parecer*) e infere-se a imanência (*ser* ou *não-ser*).

Ocorre em *Agosto* um duplo fazer-interpretativo, assim, para um determinado segmento (que chamaremos “SEG1”) – que engloba o narrador observador (heterodiegético), o leitor detentor de um saber globalizante e algumas personagens beneficiadas - as ações da personagem central são modalizadas como verdadeiras.

Já para outro segmento (“SEG2”) – outros policiais e alguns contraventores – seus atos são falsos.

O conflito entre dois sistemas de valores, uma “ética altruísta” e uma “ética individualista”, regem as modalidades veridictórias que engendram o /*fazer-ser*/ caracterizador da performance do sujeito e o /*ser-ser*/, que determina a sanção no percurso do destinatador-julgador.

O fazer interpretativo de “SEG1”:

Tomando-se como referência a atuação da polícia de forma geral, a justiça que o cumprimento das leis parece pregar é da ordem da *mentira*: *parecer* + *não-ser*. A simples execução de um papel social, o mero cumprimento das leis instituídas, não são suficientes para acabar com as situações injustas que se estabelecem.

Tomando-se como referência a atuação individual da personagem Mattos, a justiça que esse procura exercer é da ordem da *verdade*: *ser* + *parecer*. Desse ponto de vista reconhece-se no sujeito de estado Mattos um *modelo* de policial, pelas qualidades do *ser* que ele carrega. Conseqüentemente sua atuação, vista de forma positiva, sensibiliza e desperta empatia no leitor. Desse modo diz-se que ele *parece* honesto/justo/virtuoso e também o *é*. Suas ações são enquadradas como verdadeiras na busca de um bem altruísta. Isso ocorre porque o valor investido no objeto-valor (justiça, honestidade, o bem comum) é reconhecido.

O fazer interpretativo de “SEG2”:

Vista sob esta ótica, a atuação de Mattos é reconhecida como *falsa*: *não-ser* + *não-parecer*. Delegados, investigadores, comissários como ele, e até os contraventores do jogo do bicho julgam-no “louco” por não se adequarem ao seu sistema de valores. Mattos *não-parece* justo, mas sim louco: não aceita propina dos bicheiros, arrisca sua

carreira profissional para defender interesse dos presidiários; em seus momentos de frustração, bate com a cabeça na parede; vive fazendo caretas (na verdade decorrentes de uma constante indisposição física proveniente de uma úlcera estomacal). Dessa forma parte-se da manifestação (seus atos), que leva a um questionamento acerca de sua saúde mental, e infere-se a imanência (sua essência), ou seja, julgam que ele é realmente louco.

Todo o brilho de suas ações é apagado por esse julgamento, pois suas atitudes não são consideradas verdadeiras, uma vez que se pensa provirem de uma insanidade.

As ações da personagem entram em conflito com as ações que governam seu mundo circundante, o macro-cosmo do qual faz parte, porque a ética que envolve os demais policiais baseia-se num conjunto de valores diferentes. Numa concepção moderna de ética, o “cumprir a lei” já basta para que se sintam realizados enquanto indivíduos, mesmo que isso gere injustiças.

Julgam, por exemplo, que Mattos é louco por não aceitar dinheiro dos bicheiros, assim como o fazem para complementar o baixo salário que recebem. Usam do cargo para obter privilégios e tirar proveito de situações - já que não controlam as rodas da *Fortuna*, não podem modificar o sistema, subordinam-se e acomodam-se a este, do modo mais proveitoso possível.

A moral parece ter uma importância apenas convencional, uma vez que não se sentem capazes de vivê-la na prática: os baixos salários que os obrigam a tentar complementar o orçamento doméstico recebendo propinas; a consciência da hipocrisia legalizada que enquadra como contravenção o jogo do bicho enquanto a maioria da população exerce essa prática; a crença em determinados valores que classificam os seres humanos de acordo com uma visão simplista e maniqueísta (bons x maus / céu x inferno) subjacente às atitudes preconceituosas em relação aos pobres, delinquentes, sem considerar o problema social que subjaz à marginalidade.

Os demais policiais, cujas identidades não se faz necessário revelar porque representam um lugar-comum, são virtualizados por algo que lhes é externo: o cargo que ocupam, as leis que devem fazer cumprir, nitidamente definidas e de origem supra-sensível, as quais não questionam. A “virtude” é guiada pelo costume que determina uma ética individualista de sobrevivência: “se o meu semelhante faz, por que eu não posso fazer?”.

Habitados a conviverem com circunstâncias onde a impunidade impera, onde “quem pode mais chora menos”, acabam também por fazer dessa máxima uma diretriz para suas vidas. A todo momento revelam-se na narrativa, por meio do discurso da imprensa ou até da própria vivência diária das personagens, situações de desequilíbrio social, falcaturas praticadas nos altos escalões políticos, desvio de verbas, práticas demagógicas, discursos hipócritas e outros fatos com os quais são obrigados a conviver.

Mattos reconhece a hipocrisia que permeia as relações sociais; não ignora a corrupção dissimulada que existe na polícia, ainda que não seja sua prioridade acabar com ela, uma vez que sua esfera de ação não permitiria, por estar presente também nos altos escalões.

A consciência dessa falsidade, a convicção de que o sistema sobrevive apenas de aparências, reflete-se tanto no plano cognitivo, tornando a personagem imune, insensível aos comentários e juízos valorativos dos outros, como também no plano pragmático, desvelado em sua indiferença quanto à esfera política. A personagem é apática em relação ao momento de definições partidárias (lacerdistas x getulistas), pelo qual é cobrado e cujo momento histórico está presente de forma marcante em toda a obra.

[...] a greve proposta por Mattos não teria nenhuma consequência prática, causaria apenas uma repercussão negativa. Mattos afirmava que era esse o objetivo preliminar da greve, chamar a atenção da opinião pública e forçar as autoridades a procurar uma solução para o problema. (FONSECA, 1990, p.10-1)

Rosalvo apareceu, com o Cruzeiro e a Tribuna da Imprensa. ‘Olha só, doutor, quer ler as infâmias de Lutero Vargas, o parasita da oligarquia?’

‘Não’ (respondeu Mattos) (p.31)

‘Você vai soltar os vagabundos que prendi no meu plantão?’ – perguntou o comissário Pádua a Mattos.

‘Se achar que devo soltar, solto’ – responde Mattos.(p.57)

O momento histórico retratado na obra – 1954, fim da Era Vargas - é um momento crítico de definições políticas, em que se degladiavam duas vertentes: os correligionários do populismo de Getúlio Vargas e os que, ao contrário, queriam-no fora da presidência e por isso apoiavam as manobras oposicionistas instauradas por Carlos Lacerda.

Mattos reserva-se o direito de não compactuar com nenhum dos dois lados. Mantém-se indiferente a qualquer acontecimento político-partidário, ao contrário dos colegas, que assumem, ainda que de forma superficial e inconstante, uma postura crítica frente ao momento histórico. Sua indiferença parece provir de uma ação consciente, por não encontrar em nenhum dos dois extremos identificação com os seus próprios ideais.

Posso lhe fazer uma pergunta? – diz Rosalvo.

Pode, respondeu o comissário.

Afinal, o senhor é lacerdistas ou getulista?.

Tenho que ser uma dessas duas merdas. (FONSECA, 1990, p.31-2 - grifo nosso)

É possível perceber que no campo ficcional da narrativa, a organização mínima estabelecida nas estruturas fundamentais, opera com os termos de uma mesma categoria semântica existencial/espacial: *l'essencial vs. l'aparêncial; l'verdadel vs. l'falsidade; l'interioridade vs. l'exterioridade*.

O percurso da personagem Mattos é pré-determinado pela asserção inicial aos valores da *essência* e da *verdade*. Mattos é honesto, tenta fazer um movimento grevista para alertar as autoridades quanto à situação desumana nas celas das delegacias (luta pela verdade), não liga para a aparência ou conforto, vestindo *ternos ordinários*, e morando em um apartamento pequeno de sala e quarto, banheiro e cozinha, de fundos.

O banheiro era a melhor peça da casa, espaçoso, com uma enorme banheira antiga,[...] na sala cabia apenas uma mesa com duas cadeiras, uma estante cheia de livros e um console que continha uma vitrola e escaninhos para discos. Sobre o console um álbum de discos de 78 rotações, com *La Traviata*, outro com *La Boheme* em long-play, e os libretos dessa óperas em italiano. O quarto também era pequeno; nele havia um sofá-cama Drago e uma mesinha com uma lâmpada de leitura”. (FONSECA, 1990, p. 23)

Nota-se a ligação da personagem aos valores intrínsecos até na descrição do ambiente, onde se destacam os objetos da cultura e o espaço de circulação íntima (o banheiro) sobrepuja o espaço social.

Já a *dêixis* contrária (*aparência, falsidade*) é recoberta figurativamente por vários papéis temáticos:

- Na figura do policial “típico” Rosalvo, que falsamente se faz passar por honesto. Oposto a Mattos, como um anti-herói, o investigador que trabalha nos plantões de Mattos, fará encarnar o comum dos policiais: corrupto, bisbilhoteiro, dissimulado. Sua opção política oscilante faz parecer que pela pouca capacidade de reflexão, ele é facilmente manipulado pelos meios de comunicação. Rosalvo será uma metáfora do povo, encarnará o senso comum, assim como atestam suas falas, constantemente impregnadas por provérbios e frases feitas, termos que lê nos jornais e dos quais se apropria:

O comissário acreditava que Rosalvo não recebia suborno dos bicheiros nem dos espanhóis que exploravam o lenocídio. Na verdade, porém, Rosalvo era um come-quieto, na gíria policial um tira que se corrompia de maneira dissimulada, sem os colegas saberem. (FONSECA, p.10)

Ouvindo o Lacerda, doutor? O mar de lama cada vez aumenta mais (p.10)

Eu, Doutor, macaco inteligente não mete a mão em cumbuca (p.11).

Aí é que está o busílis. (p.19)

- Na figura do policial Pádua, que mesmo íntegro, acredita na força e faz uso de seu poder para fazer justiça com as próprias mãos. Sua atuação, muitas vezes preconceituosa e portanto injusta, depõe contra uma atuação verdadeiramente digna do cargo que exercia.

Pádua havia pensado em matar aquele idiota do Mattos na primeira vez em que soltara os bandidos que prendera, mas se controlara ao saber que o cara não levava dinheiro de ninguém, era aquela coisa rara do Departamento, um perfeito asa-branca. [...] A preocupação de Pádua era, porém muito grande. Estava arrependido por ter matado Turco Velho. Ele já se arrependera por ter deixado de matar alguém. Por ter matado, aquela era a primeira vez. Fora um erro liquidar o Turco Velho. Turco Velho era um pistoleiro caro, que costumava servir políticos, fazendeiros e outras pessoas de recursos financeiros. Agora era impossível saber quem o havia empreitado para assassinar Mattos. Havia um canalha na cidade com tutano para mandar matar um comissário de polícia: esse puto tinha que ser identificado. Como? [...] (FONSECA, 1990, p.197).

- Na figura do político típico como o senador Vítor Freitas do PSD, partido que deveria apoiar Vargas, mas que no entanto permanece omissos até que os rumos se definam, para poder optar pelo lado mais forte, negligenciando os interesses e compromissos partidários em favor da manutenção do poder e do prestígio pessoal:

[...] Naquele mesmo dia começou a fazer consultas e contatos, dentro da bancada do PSD, com o objetivo de examinar a oportunidade e a conveniência de uma mudança de rumos. Apoiar um governo fraco e corrupto lhe propiciara muitos bons negócios. Mas agora estava na hora de abandonar o barco. (FONSECA, 1990, p.157).

[...] A política era, para Freitas, uma espécie de afrodisíaco. Os planos contingenciais que ele armava, tecendo os fios de uma intrincada trama cujo objetivo era obter o máximo aproveitamento da complexa e caótica situação política do país [...] (p.244).

A sociedade de aparências também se encontra representada pela figura da imprensa, cuja “neutralidade” na busca da verdade é só uma máscara que esconde os reais interesses corporativistas, particulares:

Uma notícia foi lida por Freitas com ironia.[...] Aqueles calhordas acreditavam realmente no mito proveitoso, que eles mesmos haviam inventado, de que a imprensa era o quarto poder da República. Sagaz, o Corvo – raramente Freitas chamava Lacerda pelo ápodo usado pelos getulistas, mas aquela notícia o indispusera com todos os jornalistas -, o Corvo, mesmo sendo diretor de jornal deixara de assinar o requerimento. Mas não precisava ter feito aquilo, os militares que agora controlavam o inquérito policial da rua Tonelero eram todos lacerdistas. Lacerda mandava no inquérito. O nome Samuel Wainer, diretor de *Última Hora*,

também não constava da lista. Talvez não tivesse sido convidado pelos seus pares. Como se os signatários do documento tentassem demonstrar que a exclusão de Wainer e Lacerda patenteava a isenção da proposta que faziam. Mas não havia isenção em parte alguma. Duas correntes facciosas e antagônicas se enfrentavam e a imprensa tomara partido [...] (FONSECA, 1990, p.156).

Assim também procedem os indivíduos que para essas corporações trabalham. Atuando em benefício próprio, os jornalistas também figuram como participantes nas esferas da corrupção, ora recebendo propinas de bicheiros, ora favores de políticos para fabricar, omitir ou distorcer verdades.

Observa-se que o tema comum que perpassa todos os programas narrativos executados pelos papéis actanciais listados é o da *aquisição de valores objetivos*, ou seja, um objeto-valor externo, materialmente representado pelo dinheiro, pela conquista de um status social elevado, ou pelo poder. O poder é um caminho seguro para a ascensão social - podendo até beirar à egolatria – em que o beneficiado é sempre um “eu” e, nesse contexto, os fins sempre justificam os meios, mesmo que se tenha que transgredir a moral ou as leis constituídas.

Já a performance de Mattos pode ser definida como uma *performance de construção de objetos*, mais precisamente de uma sociedade justa e igualitária, um valor *subjetivo*, portanto.

Os movimentos da crença

O julgamento epistêmico é um fazer que executa uma transformação de um estado de crença em outro. Para isso é preciso realizar uma operação de reconhecimento da verdade. Trata-se de verificar a adequação do novo e desconhecido ao velho e já sabido, ou melhor, a um fragmento do universo cognitivo de quem julga. Interpretar, para o sujeito, é confrontar a proposta recebida com seu universo do *saber* e do *crer*, com os sistemas de valores que atribuem sentido aos fazeres e aos estados. Mattos é julgado como “louco” porque não reconhecem nele o valor investido no objeto-valor que este busca: a justiça indiscriminada, o soberano bem.

Dentro do sistema ético do qual fazem parte, julga-se impossível tomar a atuação de Mattos como eufórica, por isso ele é excluído desse sistema (é julgado “louco”). Percebe-se aqui o caráter ideológico da interpretação.

Parte-se de uma certeza (*crer-ser*) em relação à estranheza que sua atuação profissional e pessoal provoca, nega-se essa certeza (*não-crer-ser*) em função da inadequação entre dois universos cognitivos distintos (não se reconhece o “valor” investido no objeto-valor), para em seguida afirmar-se uma impossibilidade (*crer-não-ser*) acerca do caráter bondoso e justo da personagem Mattos. Qualquer atitude

da personagem é interpretada de forma a reforçar a idéia de loucura, como por exemplo as caretas que ele faz quando está com dor de estômago, devido à úlcera que possui. A manifestação desse seu problema físico é tomada pelos colegas de profissão como uma disfunção psíquica.

Não se reconhece o fato de que a felicidade individual possa estar ligada à busca de um bem coletivo. A solução encontrada pelo destinador-julgador para atribuir sentido ao comportamento de Mattos é a exclusão, pois este lhe foge ao que julga ser a norma. A sanção negativa ocorre na esfera cognitiva e pragmática: fazem comentários maldosos acerca de sua personalidade, temem suas reações, fazem ameaças usando o seu nome. Já que não conseguem manipular ou mesmo compreender os valores que regem seus atos, passam a esperar qualquer conduta insólita. Tudo passa a ser aceito, pois enquadra-se numa ausência de senso.

Na verdade Rosalvo tinha medo do comissário. Estava certo de que Mattos não regulava bem, as caretas que fazia, a greve maluca que tentara promover, aquela coisa de sair desarmado nas diligências, e principalmente a mania de não levar grana do bicho – porra, o cara andava de lotação, nem automóvel tinha e desprezava o levado dos banqueiros! Era preciso tomar cuidado com o homem. (FONSECA, 1990, p.45)

Mas Ramos não queria proteger o comissário; o delegado usava o nome de Mattos para ameaçar os banqueiros. Certa ocasião Rosalvo, o investigador, surpreendera Ramos dizendo intimidativamente a um banqueiro do bicho: – Eu mando o comissário Alberto Mattos fechar todos os seus pontos, ouviu?! [...] a honestidade do comissário era considerada pelos contraventores como uma ameaçadora manifestação de orgulho e demência. (p.11)

Porra. Puta merda, Mattos, você vai me levar à loucura. Vou acabar maluco igual você! [...] (p.59)

Há, contudo, por parte dos presos ou até certos ocupantes de alguns cargos de menor prestígio na delegacia, um reconhecimento de suas ações, que se manifesta por meio de um grande respeito e consideração, acarretando uma configuração passional de *estima* por sua pessoa.

Essa relação do tipo cognitiva (ter uma opinião) e avaliativa (baseada num *crer*), manifesta-se pragmaticamente pela aceitação e submissão a seus atos, pois se considera o valor de sua conduta, valor esse que se torna possível através de um fazer comparativo que julga a atuação de Mattos e a atuação dos demais policiais.

Esse cara não tem nada, doutor, é cascata, disse Odorico, o xerife do xadrez, um homem forte com um coração vermelho tatuado no braço onde estava escrito “amor de mãe”, condenado a mais de trezentos anos de prisão por roubo e assassinato.

Deixa que eu decido, disse o comissário.

Odorico calou-se. **Acatar uma ordem de Mattos não era nenhuma humilhação.** (FONSECA, 1990, p.30 – grifo nosso)

Instaura-se uma espécie de círculo vicioso ao redor da personagem Mattos. Lentamente, o sujeito da enunciação revela que houve um tempo em que Mattos acreditava na existência de um sujeito coletivo do qual também fazia parte, e que poderia através do cumprimento da lei, operar a justiça. Mattos pensava poder contar com o sujeito do fazer – a corporação policial como um todo - para realizar suas esperanças, ou seja, ele atribui ao sujeito do fazer um /*dever-fazer*/.

Esse simulacro aos poucos é desfeito por Mattos, pois percebe que essa relação fiduciária é ilusória, uma vez que o sujeito coletivo não possui a competência modal (querer / poder / dever / saber-fazer), nem é dotado da mesma existência modal : Não-pode/sabe/quer-ser.

Gera-se um efeito de sentido de *desilusão*, em relação ao *saber-não-ser*, ou seja, os demais integrantes da polícia não detêm o mesmo sistema ético que o seu, sobredeterminando sua insatisfação em relação ao sistema do qual faz parte.

Essa desilusão gera a *indiferença* de Mattos em relação aos seus colegas e em relação às críticas feitas por eles. As ações da personagem são normalmente sancionadas negativamente por seus companheiros, que não detêm o mesmo objeto-valor, contudo a crença que o comissário mantém nos valores (da ordem do *logos*, uma qualidade natural e individual), leva-o a adotar uma postura de indiferença frente às críticas que suas ações acarretam.

A sanção negativa, ao invés de virtualizar o sujeito para novas ações, desencorajando-o ou simplesmente ativando neste um desejo de vingança, instaura-lhe uma posição de desprezo em relação aos que o julgam.

A espera fiduciária passa a refletir o próprio desejo de Mattos em, sozinho, alcançar o objeto pretendido. Ele se torna *resignado*: entrega-se pacientemente aos sofrimentos da vida. Ao mesmo tempo, altera sua competência modal, pois este sabe que, sozinho, não consegue executar o objetivo pretendido – uma justiça social.

Aquele assunto já havia sido debatido antes, entre eles. Sempre que Mattos substituía Pádua eles tinham uma discussão parecida. Pádua acreditava que um dia convenceria Mattos de que seu ponto de vista era correto sob todos os aspectos. [...] Antes, Mattos se irritava com Pádua e ambos discutiam exaltados. Agora, ficava apenas **entediado**. (FONSECA, 1990, p.58 – grifo nosso.)

[...] continuou Fraga[...] O senhor concorda comigo que foi um crime repugnante, não concorda?.

Para mim todos os crimes são iguais. Sou um policial.[...] A nós, policiais não compete fazer julgamento de valor sobre o fato ilícito. Pausa. O melhor policial seria talvez um autômato que conhecesse bem a lei e a obedecesse cegamente.

Toda autoridade contém, de certa forma, a responsabilidade de julgar, disse Fraga.

Toda autoridade contém, de certa forma, algo de corrupto e imoral, disse o comissário.

[...] Não falo em julgar como um juiz. Julgar como um homem de bem, disse Fraga.

Aqueles que se consideram homens de bem nem sempre são bons policiais.

Mas o senhor é um homem de bem, não é, comissário? Não vai me dizer que essa torpeza, a corrupção, o mar de lama que cobre o nosso Brasil não o deixam preocupado?

[...] Major, a única coisa que me preocupa é fazer bem o meu trabalho.[...] (p.250-1)

A decepção que se instaura a partir da falta de confiança na ação transformadora no plano individual (ele sozinho é impotente diante do sistema), se prolonga pela narrativa, gerando-lhe novos efeitos passionais de *frustração* :

[...] Pegou o livro de direito civil. Ele botava os sujeitos na cadeia como polícia; como juiz ia fazê-los apodrecer num xadrez imundo de delegacia. Grandes perspectivas. Teve vontade de jogar o livro na parede[...] (p.24)

O comissário saiu da sala depois de dizer isso, sem querer ver as outras reações do casal. Não queria mais confundir suas idéias e percepções. Para um melhor entendimento queria dispor de mais fatos – e de mais percepções, e de mais idéias. **Procurar entender as coisas levava-o sempre a um frustrante círculo vicioso.** (p.48 – grifo nosso.)

[...] O mundo em que ele vivia era uma merda. O mundo inteiro era uma merda.[...]. (p.263)

A origem do desespero

Já constatamos o encadeamento de uma micro-seqüência constitutiva gerando efeitos de sentido de *desilusão* > *indiferença* > *resignação* > *frustração* que aparecem no percurso do sujeito de estado Mattos. Sua transformação de sujeito atual (competente) em sujeito real (conjunto com o objeto valor, justiça) não chega a ocorrer na narrativa, decorrente da não terminatividade dos processos em curso.

Isso equivale a uma ausência de sanção do destinador (o próprio Mattos) em relação aos seus percursos. Essa sanção, ainda que subjetiva e adquirida num processo progressivo e contínuo, não alcança êxito.

Meu jovem, disse Emílio abraçando Mattos e mordendo a dentadura, *estou muito feliz com seu sucesso*.

Sucesso. Veio à mente de Mattos o xadrez do distrito cheio de homens fedorentos e doentes. (FONSECA, 1990, p.52)

Mattos tirou um Pepsamar do bolso, enfiou na boca, mastigou, misturou com saliva e engoliu. **Ele cumprira a lei. Tornara o mundo melhor?** (p.36 – grifo nosso)

Podemos tomar os efeitos passionais do sujeito como encadeados logicamente e não dissociáveis da existência de uma dinâmica de conversões no interior de arranjos modais.

Dentro dessa perspectiva, podemos supor que mesmo frustrado pela falta fiduciária em relação a um sujeito coletivo que fosse capaz de realizar a performance de atingir um bem comum, Mattos ainda mantinha um */crer/* sobre si mesmo, ou seja, uma relação de fé onde ele era ao mesmo tempo destinador e destinatário de seu projeto pessoal na busca da verdade. Ainda que cansado de “remar contra a maré” ele continua agindo pautado pelos valores que carrega.

Contudo, assim que vai tomando consciência de que a espera em relação ao objeto valor almejado é inútil, porque nem mesmo ele é detentor de um */poder/*, articulam-se, como consequência dessa tomada de consciência, novos efeitos subjacentes do *ser* do sujeito.

No início do percurso narrativo, o sujeito Mattos mantinha-se fiel aos seus princípios */querer-dever-ser/* e, enquanto *sujeito do estado*, mesmo disjuncto de um objeto-valor, mantinha conjunção com valores subjetivos de credibilidade em relação a si mesmo. Entretanto, no decorrer dos programas narrativos desencadeados, enquanto *sujeito do fazer*, depara-se com novos acontecimentos que levam-no a adquirir uma real consciência de sua impotência.

Mattos descobre que sem querer havia forçado uma situação injusta. O mecânico Cosme estava detido por suspeita de ter matado um cliente que o atacara violentamente. Mattos suspeitava que Cosme só estava tentando proteger seu pai, um velho analfabeto e doente do coração. Consegue convencer o pai de que o prejuízo seria maior se sacrificasse o próprio filho. Este confessa o crime. Mais tarde Mattos fica sabendo que suas conjecturas eram enganosas, pois na verdade o pai, inocente, confessara para livrar seu filho. Agora nada mais podia ser feito:

Fiz o que tinha de ser feito. Procurar a verdade. Sinto muito pela morte do seu pai.” [...] Agora é tarde. As coisas nunca são como são, assim é a vida.[...] **viva com essa lembrança horrível pelo resto da sua vida, como eu também terei de viver com ela**” (p.305-6 – grifo nosso.)

Mattos descobre que seu amigo, o comissário Pádua, havia mandado liquidar o assassino profissional Turco Velho, justamente na tentativa de protegê-lo contra a fúria do bicheiro Ilídio, com quem Mattos havia se indisposto.

Pádua, eu sei que você matou o Turco Velho. Eu não posso ficar sem fazer nada, sabendo disso. Não posso ser conivente”.

Você não está sendo conivente. Você vai ficar sem fazer nada simplesmente porque **não pode fazer** coisa alguma.

Posso sim.

Não pode. Sei que você é um bom policial, mas nem o Sherlock Holmes poderia provar que eu matei esse sujeito. Mattos, o Turco Velho era um assassino de aluguel, ia te matar. Você precisa parar de sofrer por besteira.[...] (p.277 – grifo nosso.)

Mattos é chamado pelos presos que lhe pedem uma solução para o problema da superlotação do presídio. Mattos não pode fazer nada.

Mattos entrou no xadrez. Andou dentro da cela. Os detentos se espremiavam uns contra os outros para deixarem-no passar. Mesmo assim, Mattos esfregava-se nos corpos sujos dos presos, sentia-lhes o hálito fedorento.

Não podemos tomar sol, fazer exercícios. É horrível. Não dá um jeito do senhor conseguir a transferência de alguns para a penitenciária?

Vou ver, Odorico. Vou ver.

Mattos sabia que não havia vagas nos presídios. E que todas as outras delegacias tinham também seus xadrezes lotados acima da capacidade normal.(p.263 – grifo nosso)

Paralelamente, Mattos descobre, surpreso, que sentia pena do presidente Vargas por este estar sendo acusado injustamente pelo atentado ao jornalista Carlos Lacerda e que culminou com a morte do almirante Major Vaz, da marinha. É consciente das estratégias manipulatórias que os seus opositores deflagam contra Getúlio, na esperança de sua renúncia e conseqüente perda do poder político e da influência sobre a opinião pública.

Parece que além da ausência de uma auto sanção positiva, decorrente dos processos em que não chega a haver a consciência da conjunção com a verdade e a justiça, ocorre uma repentina consciência da identidade entre o percurso do sujeito ficcional Mattos e do sujeito histórico, Getúlio Vargas, que leva o primeiro a adotar uma postura de renúncia.

Mattos leu nos jornais de Segunda-feira o comunicado dos brigadeiros sobre a reunião de Domingo no Clube da Aeronáutica. **Para o comissário, a nota,**

lacunosa e obscura, contribuiria com suas ameaças veladas para aumentar os boatos que corriam pela cidade [...]

A nota, para Mattos, deixara um campo aberto à especulação. Mas a palavra secreta que Eduardo Gomes levava aos ministros militares **não era difícil de ser conjecturada; a Aeronáutica exigia o afastamento do presidente Vargas.** [...]

As emissoras de rádio noticiavam os acontecimentos controladas pela polícia. Mas a censura, agora é inútil, pensou o comissário. **A opinião pública, àquela altura, não valia nada.**[...] (FONSECA, 1990, p.312 – grifo nosso).

Por um instante ela (Alice) levantou os olhos do diário e notou a fisionomia absorta de Mattos.

Em que você está pensando?

No Getúlio Vargas. Pausa. E você?

Tenho coisas mais importantes para pensar. Tenho a minha vida.

Getúlio Vargas faz parte da minha vida, disse Mattos.

Getúlio prendeu você quando era estudante.

Não foi ele. Foi um bealequim qualquer. **Estou sentindo pena do Getúlio. Sei que parece absurdo; eu mesmo estou surpreso.**

Você me disse que quando foi preso eles puseram você numa coisa chamada corredor polonês, onde você recebia socos e pontapés enquanto era obrigado a caminhar. Você tinha só dezessete anos.

Tudo demorou no máximo dois minutos [...]

Você era queremista? Pausa. Ou masoquista? (pergunta Alice)

Eu estava muito confuso naquela época.

Hoje também

Hoje também. Pausa (FONSECA, 1990, p.311-3 - grifo nosso)

Mattos tem consciência de sua impotência, assim como tem consciência da impotência de Vargas em lutar contra as mentiras que lhe imputavam. Parece haver uma identificação entre o sujeito de estado Mattos e o sujeito de estado Getúlio.

Ambos encontram-se *frustrados*, são incompreendidos em seu idealismo humanitarista. A personagem Vargas parece vivenciar as mesmas configurações passionais, cujo encadeamento lógico culmina no *desespero* que o leva ao suicídio.

Tal qual Mattos, Vargas em princípio mantém-se *indiferente* aos ataques diretos da oposição:

Como Gregório temia, o presidente foi vaiado quando o locutor do Jockey Club anunciou, pelos alto-falantes, sua chegada. **O presidente fingiu não tomar conhecimento dos apupos que vinham das tribunas especiais.** (FONSECA, 1990, p.22- grifo nosso)

Essa *indiferença* parece provir de uma *desilusão*, provocada de um lado pela falta de reconhecimento que viria em forma de apoio popular e de outro pela quebra de confiança que havia entre Getúlio e seus partidários políticos. Enquanto sujeito, Getúlio também mantinha uma relação fiduciária para com aqueles que julgava serem coadjuvantes em seu projeto de governo, que visava ao bem comum em primeira instância:

Das tribunas populares não veio nenhum aplauso, nenhum apoio. Então é assim que o povo trata o doutor Getúlio?, pensou Gregório. Depois de todos os sacrifícios que fizera e fazia pelos pobres e humildes? (FONSECA, 1990, p.22 – grifo nosso)

[...] Gregório sabia que **o presidente não acreditava na lealdade de mais ninguém das Forças Armadas desde que o general Cordeiro de Farias, que sempre comera pela mão dele como um cachorrinho, o apunhalara pelas costas em 1945.**[...] Para apaziguar os milicos fora obrigado a exonerar do Ministério do Trabalho seu amigo Jango Goulart.[...] Em julho, a canalha udenista, sempre com propósitos golpistas, inventara uma conspiração comunista[...] (p.9 – grifo nosso)

[..].Gregório estava cansado de esperar que alguma vítima das calúnias do Corvo fizesse alguma coisa [...] Todos haviam enriquecido no governo, mas **poucos eram gratos ao presidente.** (p.13 – grifo nosso)

No modo como são conduzidos os percursos narrativos dos protagonistas percebe-se uma identidade entre as configurações passionais dos sujeitos de estado: ambos são incompreendidos, injustamente vitimados por um sistema que não valoriza o bem altruísta, são considerados uma ameaça e difamados por aqueles que não partilham o mesmo ponto de vista. Do mesmo modo que Mattos é obrigado a conviver com a corrupção em seu campo de atuação, assim também Getúlio é impotente para acabar com ela na esfera política.

Ambos são considerados como ameaça aos interesses dos que detêm alguma forma de poder e ao mesmo tempo são estimados por aqueles desprivilegiados a quem beneficiam; no caso de Mattos, quem reconhece sua atuação são os presos, no caso de Getúlio, os pobres, conforme atesta o epíteto “pai dos pobres”.

Uma das poucas vozes destoantes do coro de invectivas contra Vargas foi a do líder dos portuários, Duque de Assis. Para ele o movimento pela renúncia de Vargas tinha como objetivo único impedir o progresso do país e barrar a marcha das lutas operárias. ‘Nossos opositores, opositores do governo e do proletariado, estão a soldo de forças ocultas’, disse ele. (p.286)

A figura de Vargas também se liga aos valores positivos da essência, da humildade, do altruísmo, da fragilidade. Se Mattos é debilitado pela úlcera, Getúlio tem os anos e o cansaço da luta política depondo contra si:

[...] Dentro, no **modesto quarto**, vestido com um pijama de listas, sentado na cama com os **ombros curvados**, os pés a alguns centímetros do assoalho, estava o homem que ele protegia, um **velho insone, pensativo, alquebrado**, de nome Getúlio Vargas. (FONSECA, 1990, p.8 – grifo nosso)

[...] um homem pequeno, frágil, doente, vítima das aleivosias torpes dos inimigos, dos julgamentos ambíguos dos amigos[...] (p.304)

Diante da frustração instaura-se o desespero: Alzira Vargas “pela primeira vez via o pai como um velho desencantado, um homem sem esperança, sem desejo, sem vontade de luta” (FONSECA, 1990, p.304) A atitude que Vargas toma diante da situação em que se encontra é intrigante para Mattos. Ao invés de Vargas renunciar, o que seria admitir culpas que não lhe eram devidas (na concepção do sujeito da enunciação), este opta pelo suicídio, uma saída honrosa, resignada, onde o homem se faz mártir e entrega sua vida pelo bem de seu povo.

Os simulacros são objetos imaginários, com os quais o sujeito de estado estabelece uma relação fiduciária. Getúlio acreditava que através de suas forças políticas (representadas pelos aliados) poderia conjungir-se com o objeto valor “presidência”, de onde poderia usufruir de poder, prestígio e cumprir as suas metas de governo. Essa esperança, relaxada no início, torna-se tensa e finalmente vê-se frustrada quando lhe aconselham a se afastar, através de um licenciamento. O desespero, então, representado por um */querer-ser/ + /dever-ser/ + /não-poder-ser/ + /saber-não-ser/* leva-o a uma atitude passional extrema: o suicídio.

Getúlio pensou[...] O presidente da República tinha de estar à altura da dignidade que se inscrevia na sua função, no seu cargo, no seu poder. Ele tinha o dever de defender o seu nome, e, na defesa do seu nome, ele não podia renunciar, porque essa renúncia seria uma complacência com a suspeita. (FONSECA, 1990, p.324)

Faria o que tinha que ser feito. Desafronta e redenção. Uma sensação eufórica de orgulho e dignidade tomou conta dele. Sim, sua filha agora o perdoaria. (p.325)

Deixo à sanha dos meus inimigos o legado da minha morte”... “A resposta do povo virá mais tarde (p.330)

O suicídio de Getúlio promove uma repentina mudança nas atitudes de Mattos. Essa identificação em primeira instância reflete-se num */querer/* estar na presença do outro - *Ele tinha que ver o corpo morto de Getúlio* – aos poucos adquire contornos

mais extremados, pois passa a agir como um destinador, a impulsionar um comportamento ativo em relação às injustiças que o incomodam. Mattos volta à delegacia, solta todos os presos, inclusive os condenados, ainda que para isso tenha que usar a força, o que contrariava seu modo de ser. *Mattos tirou o revólver da cintura e apontou para a cabeça do investigador.*

Todo mundo para fora.

Os presos não entenderam a ordem do comissário e continuaram imóveis dentro do xadrez.

Pra fora !, gritou o comissário. Seu estômago ardia.

Os presos saíram e ficaram agrupados no fundo do corredor.

Mattos chamou o xerife para perto dele. Olha, vai sair um de cada vez, com intervalo de um minuto entre um e outro. Você é responsável.

Um a um os presos foram saindo em silêncio. Pareciam ratos fugindo. (p.332)

Assim como o povo, que se revolta com a morte de Vargas e tenta honrar sua memória, indo às ruas e depredando tudo o que representava-lhe uma afronta, também Mattos adquire coragem e cumpre o que sua consciência há muito lhe ordenava. Numa atitude de renúncia à profissão que tanto procurava cumprir bem, e numa afronta ao poder que o dominava, ele transgride as leis, soltando os presos que, atulhados na delegacia, aguardavam por julgamento. Resignação, desespero provocado pela falta de esperança; a mesma “dignidade e orgulho” que se apossara de Vargas, também move Mattos:

Pádua, ouça bem. Soltei todos os presos do xadrez. Todos, os condenados também.

Você enlouqueceu Mattos! Vão ser abertos um inquérito administrativo e um inquérito policial. Agora eles vão conseguir te expulsar da polícia. Sabe qual vai ser o desenlace disso?

Foda-se o desenlace. (p.332 – grifo nosso)

Pádua chegou sozinho[...] Olha, eu mando o Rosalvo e os outros dizerem que os presos serraram as grades e fugiram. A gente inventa um troço desses. O país está no meio de uma convulsão. [...] Uma fuga de presos não vai interessar a ninguém.

Interessa para mim. Quero que seja assim. (p.333- grifo nosso)

O que de fato teria ocorrido com a personagem? O homem rendera-se ao mito? Esse último ato pode ser descrito como uma atitude passional gerada pelo desespero; definida pela mesma estrutura modal que conduziu a personagem Getúlio: */querer-ser/ + /dever-ser/ + /não-poder-ser/ + /saber-não-ser/*

A modalidade regente é o */querer-ser/*, mas essas confrontações entre as modalizações fazem surgir contradições internas do sujeito. No caso, o desespero

comporta um dispositivo modal de tipo conflitual em que o */querer-ser/* coabita com o */saber-não-ser/ e /não-poder-ser/*.

Mattos teve vontade de dizer a Alice que ela também não era do seu mundo; que **ele mesmo não sabia qual era o seu mundo; que se sentia um estranho no mundo nebuloso dele e no mundo dos outros também.** (p.313 – grifo nosso)

Essa atitude radical reflete uma decisão de deixar de ser policial e novamente voltar a advogar, porém não constitui um novo programa a ser executado pelo sujeito de estado. Antes disso ocorrer Mattos sofre uma crise aguda por causa de sua úlcera e acaba sendo assassinado. Uma imprudência fatal faz encerrarem-se as esperanças na possibilidade de haver justiça. A impunidade permanece, a sanção pragmática esperada pelo enunciatário – punição para os “vilões” e felicidade para os “mocinhos” – não chega a ocorrer.

A narrativa é direcionada, pela enunciação, no sentido de mostrar que não existe uma única lógica governando os atos e ações do ser humano. A enunciação revela pontos de vista divergentes, conforme a personagem focalizada. Percebe-se a relatividade dos fatos, pois há várias verdades, dependendo da perspectiva que se adote.

O lado “ficcional” reforça os valores apresentados no plano “histórico”. Este assume o estatuto de “verdade”, de fato “real” e incontestável, aquele provoca um efeito de generalização, tentando mostrar o caráter absoluto dos valores trabalhados. Juntos funcionam como mecanismo argumentativo direcionando o leitor a questionar a lógica das ações, seu próprio mundo circundante.

Inúmeros exemplos que ilustram esses valores *ser/parecer*, ideologicamente trabalhados, produzem no texto um efeito de generalização, provocando uma espécie de ruptura de ligações lógicas, que parece nortear o senso comum: a idéia da vitória do bem sobre o mal, da justiça sobre a injustiça, da verdade sobre a mentira.

Diante dos valores da aparência, a *verdade* perde sua força, por impotente. Como valor individual, na luta pelo bem social, é inócua para combater o grande exército que defende apenas interesses pessoais, apesar de aparentemente demonstrarem o inverso. Policiais, políticos e a mídia são alguns dos segmentos retratados que, na pretensão de trabalharem para a coletividade, para manter a ordem e os direitos do cidadão, acabam sempre priorizando interesses particulares e pessoais.

O tema do *desconcerto do mundo*, permeando tanto o lado referencial como o ficcional, forneceria critérios para permitir ao enunciatário detectar, avaliar e questionar certos padrões ilusórios, confirmando mais uma vez a presença da enunciação, que se desvela pela escolha dos percursos temáticos, pela axiologização e ideologização dos valores trabalhados e pelo modo como esses percursos são revestidos figurativamente.

O ceticismo que permeia a obra também está presente no final, contudo, mesmo vítima das forças aleatórias, mesmo diante do imponderável, resta ao “homem” esperar, e quem sabe o reconhecimento não aflora – *a resposta do povo virá mais tarde* – , ou então, pelas palavras do velho maestro, Emílio, amigo e mentor de Mattos na arte da música clássica: *Tutto nel mondo è burla, l'uom è nato burlone, nel suo cervello ciurla sempre la sua ragione. Tutti gabbati! Irride l'um l'altro ogni mortal. Ma ride bem chi ride la risata final.*

FERREIRA, E. C. S. *Agosto: the passionate simulacra. Itinerários*, Araraquara, n. especial, p. 35-57, 2003.

■ **ABSTRACT:** *This paper aims at discussing the relations between the fictional and the historical discourse based on the analysis of “Agosto” by Rubem Fonseca. Once this book uses a determined and explicit reference context, the aim was to discover in this dialectical relation how the crossing between the fields, how they entangle and project themselves in the narrative organization and the meaning effects they produce.*

■ **KEYWORDS:** *Fiction; historical discourse; simulacra; persuasion; meaning.*

Referências

BARROS, D. L. P. **Teoria do discurso:** fundamentos semióticos. São Paulo: Atual, 1988.

FONSECA, R. **Agosto.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

